

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.560.978 - GO (2019/0243418-4)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
AGRAVANTE : LUIZ FLAVIO FELIPE
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE GOIÁS
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto em face de decisão que inadmitiu o recurso especial, com fundamento na Súmula 7/STJ.

Nas razões do especial, aponta a defesa violação do art. 386, II, do CPP, bem como aos arts. 155, *caput*, e 71, ambos do CP.

Aduz a necessidade de reconhecimento da insignificância penal, uma vez que o valor dos objetos da subtração foi mínimo.

Ressalta que *não houve sequer laudo pericial relativamente aos bens subtraídos, o que, sobretudo, figura-se como óbice à ampla defesa do recorrente* (fl.322/323).

Requer, assim, o provimento do recurso especial, a fim de que o recorrente seja absolvido por atipicidade material da conduta.

Apresentada a contraminuta, manifestou-se o Ministério Público Federal pelo improvimento do agravo.

É o relatório.

Decido.

O recurso é tempestivo e ataca os fundamentos da decisão agravada. Passo, portanto, à análise do mérito.

O Tribunal de origem, ao negar aplicação ao princípio da insignificância, mantendo a condenação, assim consignou (fl. 272):

No caso sub judice, não se verifica o desinteresse estatal na repressão do furto simples, quando, a despeito do reduzido valor da res furtiva, a relevância da conduta, as peculiaridades do caso concreto, a recuperação do bem subtraído pela vítima, a certidão de antecedentes criminais do processado (fls. 21/22 e 50/55), respondendo a outras ações penais, inclusive por crime da mesma natureza, expondo ser corriqueiro no histórico de vida a atividade delituosa, retratando a sua perigosidade social, afastam a aplicação do princípio da insignificância penal.

Para o reconhecimento do princípio da insignificância penal, não se leva em consideração, apenas, ser o objeto subtraído de pequeno valor ou a vantagem alcançada pelo delito desprezível ao conhecimento comum, mas indispensável à análise da realidade social, a vida pregressa do processado, a sua situação econômico -financeira, a relevância do bem para o lesado, de modo que desfavorecido por uma das circunstâncias, não se lhe aplica a causa excludente

de tipicidade da conduta.

Sedimentou-se nesta Corte a orientação no sentido de que a incidência do princípio da insignificância pressupõe a concomitância de quatro vetores: a) mínima ofensividade da conduta do agente; b) nenhuma periculosidade social da ação; c) reduzidíssimo grau de reprovabilidade do comportamento e d) inexpressividade da lesão jurídica provocada.

Em que pese não haver, nos autos, informações acerca do valor da *res furtiva*, as instâncias ordinárias reconheceram os maus antecedentes e a reincidência do acusado (fl. 275).

Nesse contexto, anoto que a reiteração delitiva tem sido compreendida como obstáculo inicial à tese da insignificância, ressalvada excepcional peculiaridade do caso penal, situação não presente na espécie. Confira-se:

PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. FURTO QUALIFICADO. BEM AVALIADO EM APROXIMADAMENTE 15,27% DO SALÁRIO MÍNIMO VIGENTE À ÉPOCA. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. INAPLICABILIDADE. RÉU REINCIDENTE. MAIOR REPROVABILIDADE. REGIME PRISIONAL. INEXISTÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE. AGRAVO IMPROVIDO.

1. Sedimentou-se a orientação jurisprudencial no sentido de que a incidência do princípio da insignificância pressupõe a concomitância de quatro vetores, a saber: a) a mínima ofensividade da conduta do agente; b) nenhuma periculosidade social da ação; c) o reduzidíssimo grau de reprovabilidade do comportamento e d) a inexpressividade da lesão jurídica provocada.

2. A reiteração delitiva tem sido compreendida como obstáculo inicial à tese da insignificância, ressalvada excepcional peculiaridade do caso penal.

3. A conduta consistente em furto de bem avaliado aproximadamente em R\$ 95,00, que representa 15,27 % do salário mínimo vigente à época dos fatos, praticado por agente contumaz na prática delitiva, sendo, inclusive, reconhecida nas instâncias ordinárias a reincidência, não permite a incidência do princípio da insignificância para exclusão da tipicidade penal.

4. Quanto ao regime prisional, é munus da defesa técnica zelar para que o recurso especial atenda aos pressupostos constitucionais e legais, inclusive suscitando as matérias no tempo oportuno. É descabido postular a concessão de *habeas corpus* de ofício como escape para suprir as deficiências processuais por ela mesma causadas, uma vez que tal medida é concedida por iniciativa do próprio órgão julgador e tão-somente quando constatada a presença de ilegalidade flagrante (AgRg no REsp 1.373.420/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 8/3/2016, DJe 22/3/2016.)

5. Agravo regimental improvido (AgRg no REsp 1740009/MG, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 27/11/2018, DJe

06/12/2018).

AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. PENAL. FURTO TENTADO. REINCIDÊNCIA. RECONHECIMENTO DA BAGATELA. IMPOSSIBILIDADE. RELEVÂNCIA PENAL DA CONDUTA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. A aplicação do princípio da insignificância, causa excludente de tipicidade material, exige o exame quanto ao preenchimento de certos requisitos objetivos e subjetivos, traduzidos na irrelevância da lesão ao bem tutelado pela norma e na favorabilidade das circunstâncias em que foi praticado o crime e de suas consequências jurídicas e sociais.

2. No caso, os pressupostos para o reconhecimento da bagatela não se encontram preenchidos, pois se trata de acusado reincidente específico, circunstância que indica a especial reprovabilidade do seu comportamento, suficiente e necessária a recomendar a intervenção estatal.

3. Agravo regimental desprovido (AgRg no HC 430.802/PR, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 18/09/2018, DJe 26/09/2018).

Ademais, esta Corte orienta-se no sentido da impossibilidade de reconhecimento da atipicidade material em razão da insignificância nas hipóteses de inexistência de laudo de avaliação da *res furtiva*, quando impossível inferir se o bem é, de fato, de pequeno valor, tal como ocorre na espécie, em que foram furtados: 1 botijão de gás e, em continuidade delitiva, 1 mesa e 4 cadeiras (fl.252). Nesse sentido:

PENAL. FURTO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. REINCIDÊNCIA CONFIGURADA. NÃO REALIZAÇÃO DE LAUDO DE AVALIAÇÃO DA RES FURTIVA. IMPOSSIBILIDADE DE SE AFERIR A INEXPRESSIVIDADE DA LESÃO JURÍDICA. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. INAPLICABILIDADE. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. PRECEDENTES.

1. A jurisprudência desta Corte é firme no sentido de que "o fato de o réu ser reincidente e ostentar outros registros criminais, inclusive por delitos contra o patrimônio, obsta a aplicação do princípio da insignificância, por evidenciar maior grau de reprovabilidade do comportamento do acusado, salvo quando ínfimo o valor do bem subtraído, o que não se verifica no caso dos autos" (AgRg no AREsp 1150471/DF, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 24/04/2018, DJe 11/05/2018).

2. Na espécie, diante da reincidência do condenado e da inexistência de laudo para aferir o valor da res furtiva, resta evidenciada a efetiva lesão ao bem jurídico tutelado pela norma penal incriminadora, o que torna inaplicável o princípio da insignificância.

3. Agravo regimental desprovido (AgRg no REsp 1720197/MG, Rel. Ministro

JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 04/09/2018, DJe 12/09/2018).

Ainda, de acordo com a jurisprudência desta Corte, a prática de crimes de furto em continuidade delitiva, também, evidencia o maior grau de reprovabilidade da conduta do agente, não admitindo a aplicação do princípio da insignificância (AgRg no HC 396.667/SC, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 06/12/2018, DJe 18/12/2018). Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. DOIS FURTOS SIMPLES. VIOLAÇÃO DO ART. 155 DO CP. RES FURTIVA: UMA FACA E UMA EMBALAGEM DE PISCA-PISCA, AVALIADOS EM R\$ 32,00. COMPORTAMENTO REPROVÁVEL. CONSTATADA A CONTINUIDADE DELITIVA. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. INAPLICABILIDADE. PRECEDENTES DO STJ. RECURSO QUE NÃO INFIRMOU, DE FORMA ESPECÍFICA, OS FUNDAMENTOS DO DECISUM COMBATIDO. INADMISSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 182/STJ.

1. O recurso especial foi desprovido, pela inaplicabilidade do princípio da insignificância, notadamente, diante do modus operandi do ora agravante, em que **a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é firme no sentido de que a prática de delitos de furto em continuidade delitiva evidencia o maior grau de reprovabilidade da conduta do agente, sendo, portanto, inviável a aplicação do referido postulado.**

[...]

5. Agravo regimental não conhecido.

(AgRg no REsp 1740601/MG, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 23/8/2018, DJe 4/9/2018).

Destarte, não estando presentes os requisitos autorizadores da incidência do princípio da insignificância, impõe-se a manutenção do acórdão recorrido.

Ante o exposto, nego provimento ao agravo em recurso especial.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator